

vindo entre a CEDDE e Belém, pelo qual Bógas ficou dotado de um sistema próprio de iluminação e água, permitindo que os moradores já estavam alojados, passando apenas detalhes para o início das obras. Iniciando sua fala o vereador Antônio Gonçalves de Sousa parabenizou os Vereadores. Relatou Boga Galvão pelo melhoramento a serem instalados em Bógas e de lá muito reclamados pela comunidade local, comente quanto ao fornecimento de água e com vários problemas de saneamento, e na condição de filho de Bógas se regozijava com as alvissaras notícias. Sua comunidade que o Distrito Municipal estava criando onde estudas para que a curta praça, Bógas fosse dotado de um Hospital com capacidade para vinte e cinco leitos, equipamento que também era uma unidade básica dos maiores de 22 distritos, e que brevemente seria iniciada a construção de uma unidade escolar para o segundo grau, de grande importância para a juventude local. O segue denunciando a fazenda os Henrique da Santa Cruz que estava prejudicando o despojo de diversas famílias localizadas em Jari, Garatuba, medido arbitrário, violento e que contrariava os direitos humanos e que tais cidadãos eram os mesmos que conseguiram misericórdias a população e sabotaram o plano "cruzado", tão bem recebido pela base. Prosseguiu ainda que com muita honra era aplaudido do ex-Prefeito Antônio de Macedo Castro quando da extinção dos partidos haviam ingressado junto ao PDS, não haviam partido, cada qual o seu lugar junto ao ex-Prefeito, encerrando a seguir sua fala não havendo mais Voto de Parecer para fazermos uso do seguinte dedicado a explicação. Assim, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse o presente Ata que depois de lida, aprovada a ata, a reunião finda, aprovada, sua ata lida para que fosse dada a seguinte leitura.

Antônio Gonçalves
Macedo Castro

Ata da Terceira Reunião Ordinária do Segundo Período Extraordinário do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1986), realizada no dia 12 (doze) de agosto do ano em curso.

As dezessete horas e quarenta minutos do

dia doze de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1986), sob a Presidência Vereador Acyr Silva da Rocha e com a participação da primeira e segunda Secretarias pelos Vereadores Eustáquio Bacli de Oliveira e Paulo José de Aguiar, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Frio Ordinariormente e após discussões suspendeu a chamada nominal os seguintes Vereadores: Alcides Ferreira de Souza, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Aires Bessa de Figueiredo, Dirlei Pereira da Silva, Eronides da Silva Santos, Geraldo Farias Neves, Orlan Pardini, Xorais, Eduardo Brito da Silva, Silvia dos Santos Siqueira da Silva e Wilmar Montano. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata da Segunda Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo do Ano em curso. A seguir, o Senhor Presidente determinou a leitura do Expediente que contém o seguinte: Ofício nº 128/86, Gabinete do Prefeito, encaminhando Balneário represente do mês de junho de 1986, Ofício ao Senhor Presidente da Câmara comunicando que nesta data assume o meu cargo de Vereador nesta casa, diante do que percutiu a legislação, assinado o Vereador Aires Bessa de Figueiredo, Indicação nº 98/86 Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Dispõe sobre solicitação ao Excmº Senhor Prefeito Municipal no que diz respeito à inclusão de representantes no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (C.M.D.U.), Requerimento nº 76/86 de autoria do Vereador Octávia Raja Gabaglia, Dispõe sobre pedido de autorização para construção de Praça Pública no loteamento Yucas Textil, sem ônus para a Municipalidade, Requerimento nº 77/86 de autoria do Vereador Paulo José de Aguiar, Dispõe sobre concessão de Honório de Aplausos ao Ilmo Engenheiro Hugo Falcão de Carvalho, MD. Chefe da Seção de Operações da Telefonia Cabo Frio, Requerimento nº 79/86 de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Dispõe sobre pedido ao Excmº Sr. Prefeito Municipal de Cabo Frio, de convocação para o Sr. José Augusto Nello, para prestar esclarecimento quanto ao Continuo

firmado entre o IBASCAF e o INPS. Terminada a leitura do expediente, o Senhor Presidente pronunciou a palavra ao primeiro orador inscrito no livro. Foi um da mesma como orador inscrito o Orador Gerônimo Farias Reis que iniciando sua fala deixou registrada sua homenagem aos pais de toda a Região dos leões, em especial aos residentes em Palotina e Aracião do Palto pelo transcurso da data em alusão, dizendo de sacrifício com que os chefes de família proviam de sustento aos seus familiares, principalmente aos pais que recebem o salário mínimo. Adiante criticou severamente a política econômica desenvolvida pelo Governo Federal no seu entender altamente prejudicial ao operariado, ao trabalhador brasileiro. Disse também que as próximas eleições dariam oportunidade ao povo brasileiro de mostrar o seu repúdio e sua insatisfação quanto o atual estágio da política econômica brasileira. Disse ainda que o povo deveria votar nos candidatos do PMDB, do PDT e demonstrar de maneira imperiosa que o Governo Federal estava aproximando a classe trabalhadora. Adiante reiterou críticas a Diretoria da Companhia Nacional de Alcool, pela próxima desempunha da empresa e as mercedonias auferidas por seus Diretores. Denunciou também a estagnação progressiva do setor marítimo da Empresa visto que os profissionais mal remunerados estavam procurando outras empresas para exercer suas atividades, o que era de se lamentar. Encerrando sua fala, disse que com a proximidade do término do mandato da Ilha Encuturna, elogiou ao Presidente Luiz Silva da Rocha, afirmando que o próximo Presidente, tivesse a mesma mesó do seu antecessor e que o seu nome também beneficiasse para a Pátria de Deus do Município. Nas reticências que a Câmara vive de encontro aos anseios da população não dando motivos para críticas. A seguir orou o Orador Dirley Pereira da Silva iniciando sua fala solicitou a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara que sublevesse a aprovação do Plimária, o Projeto de lei de sua autoria dispondo sobre a revogação da Lei de Iluminação Pública, há dito anexa sem perder da referida Comissão. Adiante disse que fora procurado por um grupo de funcionários da Ho-

futura denunciando que a Administração Municipal nos via,
 na repartendo para a CAPEMI a importância descontada
 em folha de pagamento em todos os meses impedindo as-
 sim que os referidos funcionários pudessem recorrer a ins-
 tituição, ainda, que o mesmo ocorria com o fundo de ga-
 rantia que não era recolhido aos cofres federais e possivel-
 mente que o dinheiro seria aplicado indevidamente. Anon-
 te ao fato solicitou aos líderes do PMDB que tomassem
 as devidas providências no sentido de que tais irregularidades
 fossem sanadas, que sem dúvida alguma caracterizava apre-
 priação indebita do dinheiro público. A seguir criticou a isto
 de lamentável em que se encontrava a Estrada dos Passa-
 geiros praticamente intransitável com graves prejuízos para os
 moradores de diversos bairros do Município e Distritos. Continu-
 ando, disse que a especulação imobiliária havia tomado conta
 do 3º Distrito com a conivência do Governo Municipal exempli-
 ficando com a privatização da Praia de Guriá e Teradurumbá
 citados com arame farpado, dizendo ainda que além do Senhor
 Prefeito Municipal tais fatos contavam também com a conivên-
 cia da População dos Portos pois providências não eram tomadas.
 Disse também que em contato com o Sargento Machado da Fáb-
 ricção dos Portos em Palo Frio, contato por telefone, o mesmo
 informava que nada havia de ilegal na cerca de arame farpado
 na Praia de Guriá mesmo com as águas do oceano tocando a
 mesma e que considerava como utilização absurda implantada
 em Palo Frio. Disse que embora o Senhor Prefeito tivesse alugado
 uma casa em Búzios por cinco mil cruzados por mês, paga-
 pela Municipalidade, pouco aparecia no 3º Distrito, não tomam-
 do assim qualquer providência quanto aos fatos que acabava
 de relatar, chegando a conclusão que não havia Prefeito em Palo
 Frio. A seguir disse que no dia anterior uma barraca de proprie-
 dade de D. Palma, localizada na praia, fora incendiada e que
 os culpados talvez fossem os mesmos que ocupavam as terras
 do Município, da Ilhota, sempre com conivência do Senhor Pre-
 feto Municipal. Adiante, denunciou o despojo de lavadeiras de lo-

cal denominado "Fazendinha" sem que o Poder Público tivesse providenciado visto que o Estado do Rio de Janeiro desapropriar a área se contasse com o apoio do Governo Federal visto a mesma estar avaliada em 10 bilhões de cruzeiros e ainda, que técnicos do INCRA haviam expedido laudo afirmando que a terra era improdutiva e que não era viável visto que a simples vista de qualquer pessoa ao local, não sendo necessariamente técnicos, poderia constatar que a terra era fértil, produtiva e que dava sustento a centenas de lavradores com suas famílias, estando assim configurado o dano das autoridades federais quanto ao caso. Solicitou que a Câmara convocasse os trabalhadores de fazendinha e autoridades competentes da área no sentido de que o assunto fosse discutido em Reunião especial. Disse que era preciso pressionar o Presidente Sarney para que a Reforma Agrária saísse do retórico, do papel, encerrando a seguir sua fala. Logo após ocupou a tribuna o Vereador Ayres Bessa de Figueiredo iniciou sua fala dizendo que retornava com muita alegria a Câmara Municipal depois de seis meses servindo ao Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, trabalho que significou uma grande experiência e a oportunidade através do trabalho de servir ao Município e a sua gente, através de solicitação do Executivo Municipal e ainda pelo enorme prazer de estar ali a Câmara Municipal os companheiros Orlando Brito da Silva e Osvaldo Gonçalves dos Santos que o substituíram durante o afastamento. Abordando a fala do Vereador Dirley Pereira da Silva, com críticas dirigidas ao Governo Municipal, disse que o líder do PDT era imaturo e desajustado politicamente e que no passado, liderado pelo Senhor Sr. Saldanha, agora, no PDT, era liderado pelo ex-Prefeito José Bonifácio que na época de seu Governo não fizera falar com mais importância de Faltos Feio, sendo exemplo maior a favela de Calão em Praia do Siqueira, abandonada durante o seu tempo de seu mandato, embora suas promessas quando Vereador, chegando a ponto de mostrar da Tribuna a lama que infectava os lavos daquela localidade. Disse também que o Vereador Dirley Pereira da Silva fora Administrador Regional de Água no Governo de José Bonifácio e demitido por incompetência pelo político que não opinava e acitava sua

Wey

liderança, estando mais uma vez comprovada a instabilidade de
 Uradeador do PDT, e que nem mesmo gostaria administrar o Grupo es-
 tando hoje a criticar com severidade ao Prefeito Alair Louia, quan-
 do o Município se encontrava com suas finanças debilitadas face
 a política tributária onerosa e também pela emancipação do Ge-
 ral do talo que retirara do exato Municipal quarenta por cento
 de sua arrecadação. lembrei também que um ditaminada e peca,
 o Uradeador Dirley Pereira da Silva, propusera a criação de uma
 Comissão de Inquérito na Câmara para apurar possíveis ir-
 regularidades cometidas por empresa lotadora em Búzios, sendo
 Presidente da Comissão o Uradeador Dirley Pereira da Silva, Secretário
 a Uradeadora Silva dos Santos Siqueira da Silva e o Uradeador Gual-
 dino Farias Neves que depois de algum tempo renunciara. Continu-
 ando, disse que após inúmeras viagens do Uradeador Dirley Pereira
 da Silva ao Rio de Janeiro, afirmando sempre que o loteamento
 estava irregular, o Uradeador do PDT apenas perdia arquivamento
 do processo montado pelo mesmo. Continuando, disse que a verda-
 de embora tardia, não faltava e que o Uradeador Dirley Pereira da
 Silva não tinha condição de criticar ninguém e que estava na Câ-
 mara para dizer a verdade para qualquer Uradeador que faltasse
 para com seus compromissos e que a Comissão de Inquérito pre-
 sidida pelo Uradeador Dirley Pereira da Silva, ninguém sabia o nome,
 pois muita coisa o homem falava e praticava diferente e que cer-
 cado de tudo o cidadão político tinha que ser coerente com suas posi-
 ções. Disse também que o Uradeador Dirley Pereira da Silva não tinha
 condições de criticar a Reforma Agrária preconizada pelo Presi-
 dente Getúlio Vargas, pois pelo simples agora existia um comando, uma
 intenção, um planejamento e que no passado o Uradeador Dirley
 Pereira da Silva estava sempre ao lado do latifundiário. Pros-
 seguindo, disse que era pemedebista por convicção e repulindo fra-
 ze do Uradeador Ualder de Bora Teixeira, disse que o Uradeador Dirley
 Pereira da Silva estava "com o peixe que levava bomba" ou seja,
 não sabia para onde ia, não tinha convicções, pois passara pela
 Arena, fora para o PSD, rondara e PHDB e agora estava no PDT
 onde evidentemente não iria ficar pois o PDT não votaria no

Vereador Dirley Pereira da Silva, e ainda, aconselhava o Vereador a ir para o Aracá, lugar que abandonara ao invés de ir para a "Fazendinha" defender reforma agrária, empreendimento dificultado pelos vinte anos de arbítrio vividos pela nação Brasileira. Considerou também que jamais poderia fazer parte do partido a que pertencera o Vereador Dirley Pereira da Silva e que durante tantos anos implicara ao Brasil, pois sabia que era um homem que vivia a política desde os dezete anos sabendo discernir perfeitamente as circunstâncias que envolviam a nação e ainda, que o Vereador Dirley Pereira da Silva se ligara até ao Partido Comunista na tentativa de apagar o seu passado de arbítrio. Emocionou sua fala aconselhando ao Vereador Dirley Pereira da Silva a fazer uma mentalização, a uma reflexão sobre sua conduta política pois por certo estava muito difícil o seu retorno à Câmara Municipal de Cabo Frio. A seguir ocupou a tribuna o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Teixeira saudando o retorno do Vereador Aurino Bessa de Figueiredo, pela sua vibração e brilhantismo, lamentou a ausência do Vereador Osvaldo Gonçalves dos Santos também um homem de valor no cenário político cabofriense, pelo seu caráter, embora sua simplicidade mas que no tempo que passara pela Câmara demonstrara todo o seu ideal e espírito público, representando o 2º distrito, motivo principal de suas posições e discursos. Adiante disse que apresentava aquela reunião o Requerimento começando a presença do Coronel José Augusto Melo para que pudessem ser esclarecidas uma série de reclamações dirigidas ao IBASCAF entidade presidida pelo melitar. Criticou a seguir a construção de um Prédio para atendimento de urgência médica em conjunto com o INAMP, visto a referida construção não ter mínimas condições de atendimento por ter sido feita "ao cavalo" não tendo o Senhor Prefeito Municipal enviado a Câmara a prestação de contas da referida construção. Disse também que a solicitação do Senhor Prefeito, através de mensagem, suplementando o IBASCAF em quatrocentos e oitenta mil cruzados, mensagem a ser apreciada pela Câmara ainda naquela reunião, enfatizava a necessidade de cada vez mais a Paraíba do Sul do Município exercer o seu poder fiscalizatório pois para tal fim devem eleger os Senhores Vereadores. A seguir abordou

1987
Cor

a Indicação de uma autoria, propondo que o C.M.D.U. (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano), fosse integrado por um representante da Associação, um representante do Lions Club, um representante do Rotary Club, um representante da Associação dos Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos, um representante da Associação Comercial, um representante do Poder Legislativo Municipal e um representante do Poder Executivo Municipal, objetivando principalmente o ordenamento e o respeito ao desenvolvimento urbano de Falo Frio, pois os disrespeitos às normas de construção eram uma constante sem que a população pudesse avaliar devidamente o que acontecia, as responsabilidades de cada um, e que assim sendo o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano estava fortalecido e responsabilidades muitas assumidas, pois muitas pessoas pensavam que a Câmara tivesse ~~responsabilidades~~ quanto à aprovação de projetos de construção de prédios e loteamentos do Município. Ressaltando que o C.M.D.U., fosse formado exclusivamente por pessoas indicadas pelo Senhor Prefeito Municipal, geralmente funcionários da Municipalidade sem independência para opinar em projetos mais complexos e que eram levados à aprovação do Conselho. Abordando a Sala do Vereador Aluis Bezerra de Figueiredo, disse que era "loco" imputar a emancipação do Oficial do Falo os problemas financeiros vividos por Falo Frio, visto que a arrecadação do Município prevista para 1986 (mil novecentos e oitenta e seis), estava na ordem setenta e seis bilhões de cruzeiros consignados em orçamento aprovado pela Câmara Municipal de Falo Frio e que tendo o orçamento de 1985 (mil novecentos e oitenta e cinco) atingido 25 bilhões de cruzeiros, era antinomicamente fácil a constatar-se que a emancipação do Oficial do Falo em nada atingiria as finanças do Município de Falo Frio e que evidentemente o mal de Falo Frio era a má administração dos recursos públicos e com um sem número de nomeações, com a retenção de descontos obrigatórios com a PREMI e fundo de garantia. Disse também que tais recolhimentos obrigatórios e não dirigidos aos órgãos competentes eram aplicados no fim de sua preferência, a Associação Atlética Calafueense, de qual o Senhor Prefeito era Presidente, e que no seu

time, repetiu, o Senhor Prefeito aplicava os recursos destinados da Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Considerou a seguir que ao invés de patrocinar um time de futebol com salários e "bichos" altíssimos o Senhor Prefeito deveria ser preocupar com a situação salarial do Funcionário Público Municipal e a situação sustento da Administração Municipal. Finalizando disse que fora procurado por um funcionário da Prefeitura que lhe dissera que receberia um salário mínimo para trabalhar na residência de um outro funcionário da Municipalidade, lamentando que não pudera descobrir o nome do funcionário para que pudesse denunciar a tribuna da Pava, visto o absurdo do fato encerrando a seguir a sua fala. Em seguida ocupou a tribuna o Vereador Mauro José de Aguiar comentando sobre o clima que reinava naquela reunião, disse que considerava válidas as críticas constituintes na medida em que o Prefeito precisava das mesmas para levar adiante e a bom termo o seu Governo. A seguir disse ter em seu poder documentação que possibilitasse a instalação de uma Delegacia da Smae no Município. Adiante disse que estivera naquela manhã no Gabinete do Senhor Prefeito para tratar de assuntos importantes para o Município ficando contrariado pela maneira que fora atendido pela assessoria do Senhor Prefeito, depois de ficar a cerca de quarenta minutos esperando uma oportunidade para ser atendido tendo preterido, lamentando, pois tratar da implantação de uma Escola Técnica Profissional em Cabo Frio como também da implantação de uma delegacia da Smae, assuntos em que era fundamental um contato com o Senhor Prefeito Municipal. Disse também que o Vereador Aristarco Araújo de Oliveira, também presente no Gabinete fora atendido, embora não estivesse em sua vez e com todo respeito disse que pelo menos o vereador Aristarco de Oliveira deveria dizer que também o vereador Mauro José de Aguiar ali estava para tratar de assuntos de interesse da Comunidade, ou pelo menos convidá-lo para adentrarem ao Gabinete do Prefeito. Disse ainda que marcara com trinta dias de antecedência uma reunião do Senhor Prefeito com a Associação dos Horadores da Estrada dos Paraguaris e que lamenta profundamente o Senhor Prefeito não receber os integrantes da Associação e que considerou lamentável e constrangedor, encerrando a seguir

sua fala, logo após ocupou a tribuna o Senador Wilmar Monturo iniciando sua fala disse ter tomado conhecimento de intimação emitida pela Capitania dos Portos de Cabo Frio obrigando aos pescadores da baía de Araruama a retirarem suas iscas do Canal, e inscripivelmente permitindo que as mesmas fossem colocadas na hora da pescaria o que tecnicamente era impossível, enfatizando que mesmo entendendo as razões da Capitania, não entendia porque os proprietários da casa a beira do Canal constituíam "decks" privativos sem que o Órgão se manifestasse antes da impingência da Constituição Federal que assegurava o livre direito ao uso das orlas marítimas. Disse que era necessário um entendimento com a Capitania dos Portos no sentido que os pescadores de comarcação não fossem prejudicados por uma medida e acreditava ser intempestiva. Prosseguindo disse que iria procurar o Senhor Agente da Capitania dos Portos de Cabo Frio no sentido em que o assunto fosse devidamente esclarecido. Adiante, disse que iria entrar em entendimentos com a Delegacia de Economia Popular, no sentido de que fosse realizada uma fiscalização rigorosa no comércio de Cabo Frio, visto alguns comerciantes estarem prejudicando aos consumidores pelo uso de balanças adulteradas, citando a seguir fatos já constatados por consumidores lesados no peso de gêneros alimentícios, inclusive com o orador que ao comprar carne viri em açougue da cidade ao se dirigir a uma padaria o comerciante por iniciativa própria para a carne sendo constatada a falta de peso e de imediato, se dirigiu ao açougue onde efetuara a compra e para o litro de leite que comprara na padaria, constatando que na balança do açougue o litro de leite acusava um kilo e cem grammas, o que era um absurdo que precisava ser cobrado. Finalizando a sua fala disse da visita do candidato a Governador pelo PT em Cabo Frio, o professor Darcy Ribeiro e a franca receptividade do mesmo no Município constatando com o entusiasmo com que era recebida a candidatura de Moreira Franco em todos os recantos do Estado promovendo inclusive a coligação do PMDB com diversos partidos. A seguir ocupou a tribuna o Senador Antonio Azeite de Oliveira requisitando sigorje pelo registro do Senador Luiz Bivar de Figueiredo, disse não deixar de registrar a au-

sência sentida do molhe companheiro Osvaldo Gonçalves dos Santos que o substituiu durante o período de sua ausência. Abordando o discurso do vereador Ayrton Bessa de Figueiredo relatando críticas dirigidas ao governo Municipal, disse que era um fato incontestável que a emancipação do Areal do Lago trouxera graves prejuízos para a economia do Município de Lago Frio, fruto em sua opinião de dispositivos adotados e até certo ponto desonestos incluídos na lei Orgânica dos Municípios e ainda, reflexos dos vinte anos de arbitrio seguidos pela nação Brasileira. Disse também que os críticos do Governo Municipal deveriam se manter na análise profunda dos balanços da Prefeitura quando então constatariam de maneira insofismável os reflexos negativos oriundos da Emancipação do mais importante Distrito do Município de Lago Frio. Prosseguindo disse que o líder do PDT na casa, ocultava os recursos administrados pelo Estado e dirigido as chamadas mais carentes da população e como a prova maior estava o programa "Um lote para um milhão de famílias" e tentava ainda a propaganda massiva divulgada pelo Bomex em todas as emissoras de rádio e televisão ainda sobre o mesmo problema, lamentando que o Governo do Estado estivesse levando a falência de sua instituição bancária, na tentativa de buscar sempre a substituição política do Governador Leonel Brizola. Abordando a candidatura do professor Darcy Ribeiro disse que o mesmo via partir em sua caminhada pelo Estado, que se viam inúteis aos esforços para recuperar a imagem do Governador Leonel Brizola tal a sua incompetência para servir os interesses do Povo Fluminense. Adiante disse que aqueles Vereadores que ocupavam a tribuna emendador, não tinham mais competência e muito menos responsabilidade para tal comportamento, encerrando a sua fala. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente de imediato transportou os trabalhos a "Ordem do Dia". Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Rejeitada a Indicação nº 98/86 de autoria do vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade por 6 votos a 5, Aprovados os Requerimentos de nºs 76/86 e 77/86, Rejeitado o Requerimento nº 79/86 de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade por 6 votos a 5, encaminhados a Comissão de Legislação e Justiça Projeto de lei nº 46/86 e Projeto de lei nº 48/86.

127

contendo Mensagem Executiva nº 38/86. Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça nos seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 16/86 de autoria do Vereador Orlando Brito da Silva, Projeto de Resolução nº 17/86 de autoria do Vereador Osvaldo Gonçalves dos Santos, Projeto de lei nº 39/86 contendo Mensagem Executiva nº 28/86, Projeto de lei nº 40/86 contendo Mensagem Executiva nº 29/86 e Projeto de lei nº 41/86 contendo Mensagem Executiva nº 30/86. Aprovado parecer favorável da Comissão de Obras e Serviços Públicos no Projeto de lei nº 33/86, de autoria do Vereador Osvaldo Gonçalves dos Santos. Aprovado parecer favorável da Comissão de Esplanas e Capamento e Alienação no Projeto de lei nº 35/86, contendo Mensagem Executiva nº 19/86. Aprovado parecer favorável da Comissão de Redação Final no Projeto de lei nº 32/86 de autoria do Vereador Osvaldo Gonçalves dos Santos. Terminada a "Ordem do Dia" o Senhor Presidente franqueou a palavra para o segmento dedicado à Explicação Pessoal dos Vereadores que não fizeram uso da tribuna. Fêz uso da mesma o Vereador Alcimides Pereira de Souza que iniciando sua fala disse que segundo informações do Senhor Prefeito, dentro do prazo de quinze dias, estava sendo iniciado o amanhamento e urbanização do Bairro Braga como também estava sendo realizada o início de obras no Bairro Boca do Mato. Falou do interesse do Senhor Prefeito em solucionar o problema social em Lago Esio, principalmente o de moradias populares, não aceitando assim o teor do pronunciamento do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Pinheiro, encerrando a seguir sua fala. São havendo mais Vereadores para fazerem uso do segmento dedicado à Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Assinatura 2
per J. J.